



**ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA
ASFIC/PJ**

Membro fundador do
Conselho Europeu de Sindicatos de Polícia

Organização Não Governamental no Conselho da Europa



JANTAR – REFLEXÃO

18/10/2010

O momento por que passa a sociedade portuguesa e muitas outras por esse mundo fora não se resume a uma simples crise económico-financeira. Esta é influenciada a montante por uma grave crise de valores e comportamentos, de princípios e causas e essencialmente da verdadeira moralidade. Imagem disso é o despudor que caracteriza transversalmente a classe política.

Atentemos por exemplo, em matéria de negociação colectiva: se fossemos a caracterizar a postura das sucessivas equipas ministeriais do Ministério da Justiça (MJ), concluiríamos que começam sempre de uma forma aberta, dialogante, aparentemente empenhada na resolução dos problemas, por vezes mesmo solidária, para terminar numa actuação totalmente sobranceira e ou autista, muitas vezes numa política de facto consumado.

Historicamente, o diálogo tem dado lugar ao conflito, entre o MJ e a ASFICPJ, no exacto momento em que as equipas ministeriais do MJ se declaram impotentes para resolver os problemas laborais na PJ, que se arrastam há mais de uma década e assim se vergam ao PODER ABSOLUTO do Ministério das Finanças (MF), fazendo como Pilatos, ou seja..., o MJ começa sempre por querer [em palavras e em intenções] agir correctamente e fazer justiça, mas acaba sempre por fraquejar, **trocando a defesa do que sabe ser genuinamente correcto e justo** pelo interesse e conveniência política, mesmo que seja imoral, ou mesmo ilegal.

Remeter a responsabilidade do fracasso para o onipotente MF (mesmo com reivindicações sem impacto financeiro ou com impacto financeiro diluído por 8 anos....imaginem só!) tem sido a maneira do MJ lavar as mãos, perante o pessoal de investigação criminal e a opinião pública... Esta atitude de Pilatos **baseada no fingimento de que nenhuma responsabilidade teve no que se passou,** pode ser uma forma psicológica muito confortável de aliviar a consciência pesada por falhar as responsabilidades, mas legitima-nos a pensar outra coisa: com essa atitude garantem aquilo que talvez mais preocupa um político hoje em dia ou pelo menos parece que preocupa: a preservação da carreira política a todo o custo.



**ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA
ASFIC/PJ**

Membro fundador do
Conselho Europeu de Sindicatos de Polícia

Organização Não Governamental no Conselho da Europa



Pensámos na ASFIC/PJ - como pensaram, aliás, todos os operadores da área da Justiça - que com este Ministro da Justiça iríamos ter um interlocutor sério e empenhado na resolução dos problemas.

Disso demos conta no nosso comunicado 6/2009, de 27 de Dezembro: *«O Sr. Ministro garantiu ser adepto do diálogo efectivo e sério na resolução dos problemas e demonstrou vontade em proceder a uma verdadeira negociação colectiva no que concerne aos problemas apresentados».*

No nosso comunicado 1/2010 de 21 de Janeiro reproduzimos e não fomos desmentidos que *«o Senhor Ministro da Justiça considerou existir «uma margem de tempo folgada» [no caderno reivindicativo da ASFIC/PJ], que pode facilitar a resolução dos problemas laborais da Polícia Judiciária, sem bulir com as restrições impostas a todos os ministérios para a redução do défice das contas do estado»* e voltou a reiterar o seu *«empenhamento pessoal numa negociação séria com a ASFIC/PJ, realçando que isso só se consegue com um grande esforço das partes na concretização de grandes consensos».*

Em Março reunimos com a equipa de negociação do Ministério da Justiça para definição conjunto do plano de negociação e calendarização das reuniões, conforme demos conta no nosso Comunicado 5/2010 de 4 de Março.

Perante sinais aparentes de seriedade por parte do Ministério da Justiça a Direcção Nacional da ASFIC/PJ centrou toda a sua actuação laboral no processo de negociação colectiva afrouxando um processo de luta que se vinha arrastando há anos.

Foi afinal sol de pouca dura.

Mais uma vez os nossos legítimos direitos estão a esbarrar na indiferença e na cegueira do... Ministério das Finanças, mas não do Ministério da Justiça, a crer [será que temos razões para continuar a crer?] nos responsáveis deste, que reiteraram, mais uma vez, com um ar cândido e convicto, que continuam empenhados na resolução dos nossos problemas [mas como sempre só em palavras e intenções, sem dar um único passo objectivo e público].

Para agravar ainda mais a situação, vamos sofrer, como os demais funcionários da administração pública, outro pacote de austeridade de triplo e asfíxiante efeito: agravamento de impostos; redução salarial e congelamentos de progressões e promoções.



**ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA
ASFIC/PJ**

Membro fundador do
Conselho Europeu de Sindicatos de Polícia

Organização Não Governamental no Conselho da Europa



No passado dia 12 de Outubro de 2010, a Direcção da ASFIC reuniu no MJ, com os Senhores Secretários de Estado da Justiça e da Administração Pública, respectivamente Dr. José Magalhães e Castilho dos Santos e o Chefe de Gabinete do Senhor Ministro da Justiça, Dr. Nuno Silva e respectivas assessoras.

Na ordem de trabalho constava: Orçamento para 2011; Medidas para o Sector

Curiosamente [ou já não], pretendiam auscultar a ASFIC/PJ, **não sobre a matéria da ordem de trabalhos**, mas sobre outros dois documentos, um relativo à extinção do SSMJ (dado uns dias antes) e outro com as regras e princípios aplicáveis à redução remuneratória, que nos foi remetido no dia anterior pelas 21h00, em termos práticos meia dúzia de horas antes.

Pretendiam assim cumprir os preceitos legais da negociação colectiva.

Manifestámos a nossa profunda discordância com estes procedimentos negociais, a saber:

- **Relativamente à extinção dos SSMJ**, o Governo aprovou em Conselho de Ministros, no passado dia 7, o projecto de DL que extingue os SSMJ, **8 dias antes do fim do prazo dado à ASFIC/PJ, para se pronunciar sobre esse mesmo documento**, legitimando a decisão de uma forma totalmente errónea, como se pode alcançar no comunicado do próprio Ministério: «O Decreto-Lei que extingue o subsistema de saúde dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça, aprovado, dia 8 de Outubro, na generalidade, em Conselho de Ministros, **foi antecedido de auscultação das estruturas sindicais, designadamente do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional e da Associação Sindical dos Funcionários da Investigação Criminal (ASFIC/PJ)**».

O teor do comunicado do MJ fez pressupor a muitos leitores atentos, tanto internos como externos à PJ, nomeadamente na comunicação social, que a ASFIC/PJ já se tinha pronunciado sobre a extinção dos SSMJ. Ora, a verdade é que **não houve nunca nenhuma auscultação da ASFIC/PJ** ... Esta não só não se pronunciou alguma vez sobre esta matéria, como se encontra ainda a recolher pontos de vista e a elaborar um documento crítico que já conta com inúmeras propostas de alteração do articulado legal proposto, que só contamos entregar no MJ no próximo dia 15, para agendar a tal auscultação que está por fazer, mas que o MJ disse que foi feita, para data próxima.



**ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA
ASFIC/PJ**

Membro fundador do
Conselho Europeu de Sindicatos de Polícia

Organização Não Governamental no Conselho da Europa



- **Relativamente ao documento com as reduções remuneratórias**, que nos foi entregue apenas umas horas antes, manifestamos a nossa total indisponibilidade para o discutir e ou negociar, naquele momento, reclamando o prazo legal consagrado em sede de negociação colectiva para o poder apreciar devidamente. Foi agendada reunião para o próximo dia 19, para então nos pronunciarmos de forma sustentada sobre essa matéria.

Aproveitamos a ocasião para como nota prévia, manifestar a nossa mais profunda indignação com o teor da contestação do Ministério da Justiça à nossa Reclamação Colectiva, que corre termos no Conselho da Europa, baseado em argumentos falaciosos, que o MJ sabe serem falaciosos.

Tínhamos deixado bem claro ao Senhor Ministro da Justiça, Dr. Alberto Martins e ao seu Chefe de Gabinete, Dr. Nuno Silva, em todas as reuniões que com eles tivemos, que a resposta que o MJ ia dar à nossa Reclamação Colectiva [que tem por objecto a forma de pagamento das horas extraordinárias], iria ser interpretada pela ASFIC/PJ, **como um sinal objectivo de boa ou má-fé negocial.**

Ao retomar argumentos falaciosos, o Senhor Ministro deu-nos mais do mesmo...

A reunião com os responsáveis do MF e do MJ continuou com um enquadramento explicativo por parte do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, Dr. Castilho dos Santos, das medidas de redução remuneratória e de congelamento de admissões, de progressões e promoções.

Dada a especificidade e a importância da Polícia Judiciária, o Dr. Castilho dos Santos informou que o Concurso de Admissão de mais 100 Inspectores-Estagiários não ia ser suspenso (e *en passant*, nem a construção/ampliação da nova sede nacional iria ser afectada, prevendo-se o início das obras para Janeiro de 2011).

Já quanto a saber-se, no imediato, se os Inspectores que brevemente vão frequentar o «Curso de Inspectores-chefes» vão poder, no final do seu curso, tomar posse na nova categoria, não soube dar uma resposta concreta, admitindo, numa primeira leitura, que isso pode não suceder.



**ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA
ASFIC/PJ**

Membro fundador do

Conselho Europeu de Sindicatos de Polícia

Organização Não Governamental no Conselho da Europa



Aproveitámos esse momento para frisar que a qualidade da investigação criminal em Portugal não se compadece **com mais uma** asfixia económica da Polícia Judiciária, mormente ao nível dos seus recursos humanos, já de si francamente deficitários **e que uma gestão provisional do pessoal obriga a que não se ignore a estrutura piramidal da carreira de investigação criminal.**

Perante o exposto, Senhor Secretário de Estado da Administração Pública **instou o Senhor Secretário de Estado da Justiça, a elaborar muito rapidamente uma solução legislativa com argumentos sólidos e indiscutíveis que justifiquem as necessidades reais de mais Inspectores Chefes e Coordenadores, na Polícia Judiciária, para que, ao abrigo de uma cláusula de excepcionalidade prevista na lei, seja possível «convencer» o Ministério das Finanças que as restrições não podem ter aplicabilidade na Polícia Judiciária.**

Atitudes intoleráveis como as que descrevemos mais acima não podem passar em claro e devem merecer uma resposta sindical firme e dura.

O PODER POLÍTICO é propenso a pensar da forma que mais lhe convém, de que o descontentamento expresso pelos sindicatos se confina apenas ao núcleo de Dirigentes Sindicais e não traduz um descontentamento real. Já não é a primeira vez que lemos na imprensa que os sindicatos têm manipulado os seus associados através de informação errónea ou mal explicada no sentido destes reagirem de forma mais radical.

Do nosso ponto de vista, enquanto Dirigentes Sindicais, à Direcção do Sindicato apenas cabe a missão de enquadrar, organizar e canalizar o descontentamento dos seus associados, não a de gerar e empolar esse mesmo descontentamento. O descontentamento esse ou é real ou não é. Assim como consideramos que o tipo de reacção sindical à inépcia demonstrada pelo Ministério da Justiça deve ser o associado a decidir e a Direcção do Sindicato a organizar.

Reuniões Sectoriais / Delegados Sindicais /

Assembleias Regionais / Momento de Debate/Reflexão

Nesse sentido, impelidos pela vontade inequívoca que se vêm sentido, a Direcção da ASFIC/PJ vem levando a cabo, de há quinze dias a esta parte, uma [essa sim autêntica] auscultação dos



**ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA
ASFIC/PJ**

Membro fundador do
Conselho Europeu de Sindicatos de Polícia

Organização Não Governamental no Conselho da Europa



seus associados através reuniões sectoriais, reuniões com os Delegados Sindicais e Assembleias Regionais (como a já realizada em Faro).

Neste processo colectivo de reflexão e de planeamento da reacção sindical [em legítima defesa] face a um crescendo de injustiças que se abatem sobre o pessoal de investigação criminal, inserimos este MOMENTO DE REFLEXÃO E DEBATE.

É também chegado o momento de ouvirmos, publicamente, a posição da Direcção Nacional da PJ quanto à verdade e à justiça das nossas reivindicações.

Os problemas laborais arrastam-se há uma década e têm sido potenciadores de conflitos e tensões internas que, diariamente, interferem no bom funcionamento da Instituição. Mas a verdade é que, apesar disso, nunca assistimos, por parte das sucessivas Direcções Nacionais da PJ a um verdadeiro empenho na resolução desses mesmos problemas.

Acresce que o actual Director Nacional tem uma maior responsabilidade, mais que não seja moral, já que é o primeiro Director de carreira e já foi dirigente da ASFIC, não podendo, por isso mesmo, escamotear o conhecimento exacto de todos estes problemas, bem como, o seu real impacto no bom funcionamento da PJ e mesmo na vida profissional e pessoal dos funcionários de Investigação criminal.

É por isso que reafirmamos o que dissemos no VI Congresso Nacional da ASFIC/PJ:

«Apoiaremos sempre a Direcção da Polícia Judiciária na medida em que esta defender a Investigação Criminal e os seus funcionários... Quando estas premissas não se verificarem, não abdicaremos de denunciar, mesmo publicamente, a Direcção da Polícia Judiciária, por tudo aquilo que ela promover OU NÃO PROMOVER e que no nosso entendimento não prestigie a Instituição e/ou não defenda os interesses dos seus funcionários»

A Direcção Nacional da ASFIC/PJ